

2

O DESPERTAR

2.1

O *fazer-se*¹ da classe docente.

“A classe é uma relação”

A união de um determinado grupo de trabalhadores não se dá de forma espontânea e igual em todo lugar ou tempo. São muitos os motivos que levam um determinado grupo de pessoas a se reunirem e iniciarem uma atividade de reivindicação ou manutenção de direitos. Tais motivos se iniciam através de interesses e atividades comuns, mas acabam extrapolando essa máxima e se ampliam em direção a modos de relação interpessoal, sócio-cultural ou político-econômica. Através dos tempos, essa relação sofre uma série de influências que a modifica, solidifica-a ou acaba por rompê-la tornando o processo sempre dinâmico e ativo. É justamente sobre o que acredito ser o início dessa relação entre os professores do Rio de Janeiro que tratarei nesse primeiro capítulo. Porém, antes de analisarmos o princípio dessa relação algumas considerações se fazem necessárias.

Primeiramente, devemos ter consciência de que o encontro desses homens e mulheres não se dá ao acaso. Suas necessidades, mesmo que pareçam díspares, encontram um meio comum de manifestação dentro de sua associação e acabam por entremear essa relação. São os anseios, medos, necessidades, descobertas e tantas outras sensações que acabam por unir pessoas aparentemente diferentes em torno de um ideal comum. Desse modo, a relação da classe e sua análise precisam estar encarnadas nas pessoas e em seus sentimentos comuns. A análise do encontro da classe docente com uma noção de classe trabalhadora não se dará de forma plena se não tivermos em conta esse papel fundamental do elemento humano nessa relação. Nenhum ganho ou nenhuma repressão vivida se deu sobre matéria bruta e sim sobre pessoas que atuavam como professores no Rio de Janeiro.

¹ Termo apresentado por Edward Thompson em seu livro “A formação da classe operária inglesa”.

Além disso, não devemos negar que as mudanças políticas e econômicas ocorridas no Brasil, durante o período analisado, foram de enorme importância e até propulsoras para determinadas nuances do movimento de professores. Porém, determinamos aqui no papel que a cultura teve para essa relação através das ações dirigidas pelos homens e mulheres que lecionavam na cidade.

Onde quer que se forme, sem importar a época em que isso ocorra, a união de determinado grupo de trabalhadores tem grande representatividade na vida de seus membros. A reunião dentro de um sindicato, ou de qualquer outra associação, tem como papel a formação de pelo menos um imaginário da passagem da dispersão e da impotência para uma organização forte e atuante que irá defender o bem comum a todos.² Essa sensação não se dá de forma diferente entre os professores; as manifestações decorrentes da formação das primeiras associações docentes no Rio de Janeiro demonstram a euforia resultante da materialização da união. Contudo, é importante observarmos que durante muito tempo, dentro das organizações gerais de trabalhadores, existiu a chamada organização dos trabalhadores intelectuais formada majoritariamente por professores. Essa diferenciação demonstra claramente como os docentes se viam em relação aos demais trabalhadores. E é esse sentimento de oposição e certa superioridade que acaba por atrasar determinados ganhos para a categoria. Opor-se intelectualmente ao movimento geral de trabalhadores dificultou em muito as primeiras reivindicações do movimento de professores, que só iniciou um período de vitórias quando se viu como proletariado (no uso marxista do termo) e entendeu que a diferenciação trazia péssimas consequências.

A imagem do professor como membro da classe média urbana, como trabalhador explorado e expropriado é muito recente. Devemos nos lembrar que durante muito tempo, a prática docente era exercida por advogados, engenheiros e médicos oriundos das elites, educados nas melhores instituições de ensino e detentores, do que Hobsbawm chama, de cultura superior³. De certo modo, a propagação dessa cultura nos bancos escolares foi um convite às novas perspectivas e

² ANTUNES, Ricardo. "O que é sindicalismo". São Paulo: Brasiliense, 1982.

³ HOBBSAWM, Eric. "Mundos do Trabalho: Novos Estudos Sobre a História Operária". São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ao rompimento com uma tradição repressora. Ironicamente, a suposta superioridade intelectual da classe docente desperta em seus alunos novas possibilidades; a cultura aberta a todos leva a novos quereres, novos prazeres, novos sonhos que acabam por gerar um imaginário sobre a profissão docente em que as perspectivas de uma vida melhor se materializariam. São essas futuras gerações, saídas das instituições de instrução pública, e que acreditavam em um tipo de progresso através da cultura que chamaram a atenção para os reais problemas dos docentes e que abriram as portas para sua organização como classe.

Durante todo esse período de descobertas e transformações, os manifestos e panfletos distribuídos pelos professores se assemelhavam nas reivindicações. Ao longo dos anos os docentes se vêem as voltas com a baixa salarial, com o não reconhecimento da profissão, com a falta de leis que os amparassem e com as péssimas condições das instituições de ensino. Contudo, não devemos tomar essas semelhanças como meras repetições de um velho debate. As aspirações, tensões, os temores e reivindicações podem parecer sempre os mesmos, porém devemos observar que estes surgem sempre dentro de um novo contexto, detentor de uma nova linguagem, novos argumentos e inserido em um equilíbrio alterado das forças em embate. Devemos ter em mente que essa aparente continuidade de uma tradição de descaso se mostra sempre dentro de um contexto alterado⁴ em que o professor deve inserir-se para a defesa de sua prática. Acompanhar o ritmo imposto era a ordem a seguir rumo às conquistas.

No momento em que os professores despertam para uma consciência de classe, o Rio de Janeiro ferve com a expectativa do progresso. Se o docente se descobre como trabalhador, a cidade se descobre como palco para a modernização e vive seu encantamento. A cidade e a classe vivem para uma perspectiva futura de engrandecimento. O futuro se pinta com suas melhores cores e se mostra promissor e próspero aos olhos dos homens e mulheres que vivem nessa cidade. Todas as promessas cativam e o Estado toma a frente dos projetos que levariam nossa sociedade ao mais alto degrau do progresso material. Dentro dessa engrenagem, o

⁴ THOMPSON. E. P. "A formação da classe operária inglesa". 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

trabalho ganha papel fundamental e torna-se protagonista da vontade de crescer. O homem sem trabalho estaria fadado ao fracasso e à exclusão dessa sociedade próspera. Para tanto, todo aperfeiçoamento ganharia tom de empreendimento coletivo.

Todas as gerações deveriam estar inseridas nessa perspectiva de trabalho e desse modo, o ensino de ofícios manuais é introduzido no currículo escolar desde as classes iniciais. Meninos e meninas de instituições públicas de ensino eram apresentados à carpintaria, ao serviço militar e ao bordado para que num futuro próximo estivessem inseridos em alguma atividade profissional. O papel do Estado em estimular as pessoas ao trabalho, a vida que pode ser feita e aperfeiçoada através da atividade profissional, tomava contornos. Esse Estado, repressor em diversos pontos, toma o trabalho como principal valor dos tempos modernos justamente pela sua capacidade de dar forma ao informe e duração ao transitório. Como nos diz Bauman, “graças a essa capacidade, foi atribuído ao trabalho um papel principal, mesmo decisivo, na moderna ambição de submeter, encilhar e colonizar o futuro, a fim de substituir o caos pela ordem e a contingência pela previsível (e portanto controlada) seqüência de eventos”⁵. O trabalho agora é tomado como o elemento ordenador das massas, propulsor material e gerenciador do futuro. Sem ele, o homem estaria totalmente excluído da civilidade, fadado ao fracasso e a vida errante.

Esse mundo do trabalho observado no Rio de Janeiro do início do século XX também está tomado de incertezas que confundem e atordoam o homem que nele se insere. Porém, a não-participação nessa realidade é ainda mais devastadora que as incertezas por ela produzidas. O desempregado não se encontra apenas posto no mundo da desordem; sua condição o leva à exclusão dos mais diversos círculos sociais e à perseguição por parte do Estado. O indivíduo sem trabalho é taxado de mau elemento e torna-se candidato à carceragem.

Das perseguições e incertezas produzidas pela imposição do trabalho ao mundo urbano nasceram os movimentos de classes e suas lutas. A dicotomia entre um Estado que impunha uma realidade, mas que não a protegia tornou-se palco para a

⁵ BAUMAN, Zygmunt. “Modernidade Líquida”. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

formação de diversas associações de trabalhadores. O movimento operário articulado tomou de empréstimo esse espaço deixado pelo Estado para reunir-se, associar-se e expor-se tornando sua luta o elo entre os homens e mulheres dessa sociedade moderna. O *descobrir-se* como classe e o *fazer-se*⁶ do operariado carioca são quase que coincidentes com o modernismo imposto pelo Estado.

Se fossem capazes de se entrecruzar, o modernismo imposto e a organização dos trabalhadores levariam ao um movimento natural de modernização das relações de trabalho. Contudo, esse mesmo Estado que impõem o progresso e o futuro promissor está dotado de aparelhos de repressão que agem de forma a conter o *fazer-se*⁷ da classe trabalhadora. Desse modo, o homem que age fisicamente na construção dos novos e modernos edifícios da cidade torna-se incapaz de atuar neles depois de inaugurados. Toda modernização ocorrida no Rio de Janeiro acaba acontecendo longe demais de boa parte da população. As classes mais baixas experimentam uma modernização que ocorria à distância, perto dos olhos, mas longes das mãos. Incapaz de ser tocada e sentida, essa modernização se mostra um tanto distorcida e acaba exacerbando os sentimentos de angústia e atraso das áreas mais carentes. Além disso, aliado a esse Estado repressor encontra-se o ressentimento de classe que acaba por afastar os trabalhadores liberais, na sua esmagadora maioria oriundos das elites urbanas, dos movimentos de operários, quase sempre das camadas mais baixas. Iludidos com a solidez de sua condição social e com a desnecessidade do desenvolvimento de leis que amparem o trabalho, as elites urbanas equivocadamente esvaziam todas as tentativas de ganho no início do século XX.

Na verdade, os ganhos advindos com as leis trabalhistas também se configuram como uma imposição do Estado, que, em acordo com as elites urbanas, vai aos poucos estabelecendo regras que dêem alguma segurança ao operariado. Todo movimento, organizado ou não, deveria encontrar-se sob o controle desse Estado e é esse pensamento que norteia a criação do Ministério do Trabalho em 1930 e a promulgação da Lei de Sindicalização em 1931. A partir de então, todos os

⁶ THOMPSON, Edward. "A formação da classe operária inglesa". 4º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

⁷ Idem.

trabalhadores encontravam-se “amparados” pelo governo, estavam contidos dentro dos limites determinados pelo Estado.

“Este decreto (Lei de Sindicalização) estabelecia o controle financeiro do Ministério do Trabalho sobre os recursos dos sindicatos, proibindo a sua utilização pelos operários durante as greves, e definia o sindicato como órgão de colaboração e cooperação com o Estado. Ainda que permitisse aos delegados do Ministério do Trabalho o direito de participar das assembleias operárias, proibia o desenvolvimento de atividades políticas e ideológicas dentro dos sindicatos, vetava sua filiação a organizações sindicais internacionais, negava o direito de sindicalização aos funcionários públicos e limitava a participação de operários estrangeiros nos sindicatos, visto que boa parte da liderança operária combativa era ainda, naqueles tempos, de origem estrangeira.”⁸

As possíveis benesses adquiridas pelos trabalhadores através dessas imposições não serão discutidas aqui. Nesse momento, cabe ressaltar que a imposição pelo Estado sobre as questões da cidade e sobre os diversos elementos de modernização acabou por atrasar as relações entre os diversos setores da sociedade carioca. A organização dos professores não esteve afastada desse movimento e também se viu atrelada e imobilizada pelo Estado. Além disso, o engessamento das relações acabou por prejudicar o desenvolvimento das questões ligadas ao ensino; a maior parte dos movimentos que pensaram numa forma de educação inclusiva e voltada para todas as camadas da sociedade foram vencidos pelas propostas de educação setorial e voltada para as necessidades de mercado.

Os governos que se seguiram ao longo do período analisado não conseguiram dar a dinâmica necessária para a modernização da educação. Na verdade, com certa dificuldade a administração subsequente dava andamento aos projetos deixados pelo antecessor. Num movimento de busca pelo eterno retorno ao poder cada gestão, ao fim de seu mandato, terminava por adotar políticas públicas ou administrativas que viessem a emperrar seu sucessor ao cargo. Vale lembrar que antes de ser deposto em 1945, Getúlio Vargas eliminou não só os dispositivos legais que obrigavam a presença de representantes do Ministério do Trabalho nas assembleias sindicais, como também aqueles que exigiam a aprovação prévia do Ministério para a

⁸ ANTUNES. Ricardo L.C. "O que é sindicalismo". São Paulo: Brasiliense, 1982.

realização de eleições e posse das direções sindicais eleitas⁹, dando uma liberdade ao movimento que viria a agitar o governo seguinte de Eurico Gaspar Dutra. A adoção desse tipo de postura nos parece familiar ainda nos dias de hoje e mais familiar ainda é a luta docente que se segue.

2.2

Primeiras reivindicações.

“Quereis ver as consequências funestas da vossa indiferença? Olhai: o professor honesto e laborioso trabalha todas as horas do dia e da noite, faz todos os esforços de que é capaz a sua intelligencia e a sua vontade, ganha certa reputação, consegue achar trabalho, e assim ganha pão para seus filhos. Parece que nenhum mal haverá nisso! Porém, ouvis e ficareis espantados do mal que tendes feito obrigando-o a tão grande esforço. Primeiramente, sem uma hora de descanso, o melhor professor torna-se abaixo de mediocre.; depois, fica estacionario, porque não pôde estudar para acompanhar o progresso que todos os dias fazem as sciencias, as artes e tudo quanto pôde ser objecto de nossa atividade. Finalmente, no fim de 10 annos esse pobre diabo não será já um professor, mas uma ruina; e durante os 10 annos elle terá sido muito pouco útil á instrucção, porque se limitou a dar á sua repartição exclusivamente as horas marcadas para o trabalho material; e esse mesmo havia de ser muitas vezes mal feito!(...)Não vêdes que tratando os professores como escravos, só conseguireis moldar por elles uma sociedade indigna do seculo em que viveis?! Fallai-nos de emancipação, e quereis o professor escravo! Ah!...É que não compreendeis os vossos proprios interesses; é que sois uma sociedade muito atrazada em civilização! Soffrei que vos restituamos os baldões com que tantas vezes nos mimoseais! Sois ignorante! A dôr não tem juizo; e se subimos á tribuna universal para fazer ouvir ao mundo inteiro as nossas queixas, é porque a dôr, por demasiada grande, apagou em nossos corações o medo da responsabilidade!¹⁰”

O discurso reproduzido acima, que nos parece tão familiar, pessoal e atual, faz parte do Manifesto dos Professores Públicos da Instrução Primária da Corte. Escrito em 28 de julho de 1871, o manifesto tinha como objetivo alertar a população do Rio de Janeiro para o direito à educação pública, previsto na Constituição de 1824, e foi amplamente divulgado pelos jornais e revistas da época.

Este Manifesto vem a se configurar como uma das primeiras tentativas de organização dos professores do Rio de Janeiro. Nele a classe cobrava a promessa feita pelo Imperador D. Pedro II de destinar verbas do orçamento para o ensino público, com o fim da Guerra do Paraguai. O apoio demonstrado pelo imperador em

⁹ Idem.

¹⁰ “MANIFESTO DOS PROFESSORES PÚBLICOS DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA DA CORTE”. In: FERREIRA, Ana Alice. “A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922”. Tese de doutorado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

épocas passadas trazia aos professores a esperança de, pelo menos, amenizar os baixos salários, as péssimas condições dos prédios destinados ao ensino e a desconfiança das elites imperiais.

A união entre Estado e Igreja, característica da época chocava-se com a idéia de educação primária pública e obrigatória prevista em Constituição. Pelos ensinamentos religiosos era função da família educar a criança dentro das concepções cristãs para só mais tarde, em idade propícia, essa criança entrar em contato com as ciências, artes e línguas. Além disso, a idéia de escola pública e obrigatória feria o tradicional “pátrio poder” exercido pela elite escravista brasileira. A imposição de uma escola pública e obrigatória desrespeitava a soberania do senhor levando para dentro de sua casa a vontade do Estado.¹¹

Com o fim da Guerra do Paraguai uma nova idéia de modernização e progresso surge entre os intelectuais brasileiros e dentro desse movimento, a educação ganha papel de destaque. É através dela que se acreditava na regeneração e civilização da população brasileira, principalmente da população negra que ganhava destaque nas discussões devido às diversas campanhas abolicionistas. Tornava-se cada vez mais difícil opor-se a idéia de escola primária pública e obrigatória; estar contra sua constituição era negar a marcha inevitável do progresso e os benefícios da modernidade.

Dentro desse novo quadro de perspectivas, em 28 de julho de 1883, no Rio de Janeiro ocorre a 1ª Exposição Pedagógica do Império, montada a fim de discutir os rumos da educação e as práticas pedagógicas exercidas no país. Apesar dos esforços dos professores presentes em trazer soluções relativamente simples aos problemas da educação, a exposição acaba por tornar-se um centro de propagação de teorias educacionais estrangeiras devido à maciça presença de membros da elite imperial. Além disso, essa elite patrocinava associações ou asilos voltados para a caridade e

¹¹ FERREIRA, Ana Alice. “A instrução do povo como missão: o ensino público primário na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1870 e 1922”. Tese de doutorado - PUC-Rio. Rio de Janeiro, 2002.

não para a educação. Essa prática em muito preocupava os professores já que ela poderia deturpar a formulação de uma possível política eficaz para a educação.¹²

Mais importante que pensarmos nas práticas pedagógicas discutidas no Brasil imperial, é conhecermos o corpo docente da época. Os professores da instrução primária eram, na sua maioria, oriundos das classes médias urbanas e ex-alunos da Escola Normal. Fundada pela primeira vez em Niterói em 1835 e reinaugurada no Rio de Janeiro em 1859, a Escola Normal atendia a demanda de formação dos diferentes quadros de docentes. Ao contrário do que se imagina, até a proclamação da República, a maioria de seus formandos era do sexo masculino. Essa situação só se modifica em 1897, quando um decreto-lei determina que a instrução primária fique a cargo exclusivo do sexo feminino. É importante frisarmos que o currículo das escolas primárias se diferenciava pelo sexo. Meninos e meninas não assistiam às mesmas aulas e, desse modo, seus professores não possuíam a mesma formação. O decreto já citado acaba por dificultar ainda mais a prática docente para as professoras primárias uma vez que estas não possuíam formação, por exemplo, em carpintaria, uma das matérias obrigatórias nas escolas de meninos.

Já os professores dos ensinos secundário e superior eram, na sua imensa maioria, profissionais liberais que, além de exercerem suas carreiras, também se dedicavam ao magistério. Muitos advogados, médicos e engenheiros figuravam entre o corpo docente das escolas, fazendo com que a condição de professor fosse por muito tempo considerada profissão liberal. Excluindo os professores das instituições públicas, os demais docentes eram remunerados apenas pelos meses trabalhados; sendo os períodos de férias escolares dedicados a outras atividades exercidas. A condição de trabalho dos professores demoraria ainda muito tempo para ser modificada e nem a Proclamação da República alteraria esse quadro.

De qualquer forma, o alvorecer do novo regime político faz ressurgir alguma esperança para os docentes. E logo uma das primeiras medidas do novo governo foi criar o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos, tendo como primeiro ministro o professor da Academia Militar, o coronel Benjamin Constant. Apesar da

¹² Idem.

estranha junção, é a primeira vez que se tem um ministério voltado para a educação e um plano de estruturação para o ensino brasileiro.

Como primeira medida Benjamin Constant estruturou os planos das disciplinas desde o ensino primário ao superior na tentativa de dar coesão ao ensino no país. As escolas não mais poderiam criar a estrutura de seus próprios cursos e o ensino religioso deixou de ser obrigatório no currículo escolar. Dentro dessa medida, o Imperial Colégio Pedro II tornava-se Ginásio Nacional, o ensino secundário passaria a ser de sete anos e o regime seriado tornava-se obrigatório. Além disso, decretou-se que o ensino primário passaria a ser livre e isento de qualquer inspeção pública, sendo de responsabilidade dos pais ou responsáveis da criança. Desse modo, Constant seguia os preceitos de Augusto Comte onde a educação primária deveria ser exclusivamente familiar e espontânea; o que ensinar à criança, até certa idade, não seria mais dever do Estado. Dentro desse novo currículo, dos oito aos 13 anos se ensinaria música, desenho e línguas; e o ensino das ciências deveria ser dado a partir dos 14 anos.¹³

O mesmo decreto veio a regularizar o ensino primário público e, pela primeira vez, organizar a educação no Brasil. Contudo, o fim da obrigatoriedade do ensino primário retirava do Estado a responsabilidade pela construção e manutenção de escolas e da formação de professores primários. Essa última medida em muito desagradou os docentes e intelectuais que acreditavam que o regime republicano só traria benefícios à educação do país. Os debates se acirraram na cidade e os professores reivindicavam investimentos que realmente favorecessem a prática de ensino. Em meio a essas discussões e a uma verdadeira crise na Escola Normal, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos é extinto em 30 de outubro de 1891 e todas as decisões relativas ao ensino passaram a ser tomadas pelo Ministério de Justiça e Negócios Interiores.

Com o ensino público primário desestabilizado pelo decreto e a total separação entre Estado e Igreja, que levou à proibição do ensino religioso nas escolas públicas, uma nova área de atuação para os professores se prolifera rapidamente no

¹³ Idem.

então Distrito Federal. As mais diferentes ordens religiosas existentes no país se voltam para o Rio de Janeiro dando início ao intenso movimento de criação de escolas particulares religiosas voltadas para a educação dos filhos da elite urbana. As escolas já existentes desde meados do século XIX ampliam seus quadros e ao longo das primeiras décadas do século XX outras instituições de ensino se constituem entre as opções educacionais no Rio de Janeiro. Algumas dessas ordens religiosas também mantiveram estabelecimentos voltados para a educação das classes mais baixas, mas foram muito poucos aqueles voltados para essa parte da população.

Observando o crescimento dessas instituições particulares, Epiácio Pessoa, o então ministro da Justiça e Negócios Interiores, promove sua reforma de ensino em 1901. Através dela temos uma equiparação generalizada entre as instituições de ensino públicas e particulares. Essa medida beneficiou em muito as instituições particulares que tiveram sua regulamentação facilitada. Além disso, o ensino secundário também é regulamentado tornam-se obrigatório em todo país. Com a reforma vemos a volta da fiscalização aos estabelecimentos de ensino pelos agentes do governo federal. Contudo, a situação da educação primária não se altera com a nova medida e esta se mantém como obrigatoriedade exclusiva da família, conservando os filhos das classes mais baixas longe dos bancos escolares.

Ainda imbuídos da idéia de educação para o progresso, os professores de todos os níveis se organizaram na luta pela expansão da educação pública e pela regulamentação da profissão docente. Na intenção de melhor organizar a categoria, é criada em 29 de julho de 1909, no Rio de Janeiro, a Associação de Professores do Brasil.

Apesar de ter vida muito breve, esta Associação se configura como a primeira tentativa legal de organização da categoria. Em seu estatuto observamos que rapidamente a associação ganha feições de sindicato, oferecendo a seus associados serviços médicos e jurídicos. Além disso, a Associação publica mensalmente uma revista pedagógica voltada para a defesa dos professores e a divulgação de técnicas pedagógicas.

Sua estruturação em muito incomodou as autoridades do país. Com a não oficialização dos sindicatos, qualquer tipo de organização de classes era vista como

ameaça a ordem e a civilidade do Brasil sendo inclusive reprimida com violência pelas forças governamentais. No caso dessa Associação de Professores, durante sua existência diversas cartas e memorandos foram enviados às autoridades competentes pela educação e sua revista denunciou as péssimas condições de trabalho encontradas em diferentes escolas públicas da cidade. Não sabemos ao certo quanto tempo durou a Associação de Professores do Brasil, sua referência em jornais, revistas e publicações da época deixa de ser corriqueira no início de 1911.

Nesse mesmo ano, antes de assumir a prefeitura do Distrito Federal Rivadávia Corrêa, como Ministro da Justiça e Negócios Interiores, promoveu uma das reformas do ensino mais desastrosas da educação brasileira. Tomado pelas idéias promovidas pelo jornalista, poeta e inspetor do ensino Olavo Bilac que associavam educação e serviço militar, o ministro Rivadávia Corrêa pretendeu transformar o ensino secundário em um processo formador do cidadão e não apenas um promotor do nível superior. Dessa forma, Rivadávia abole a frequência escolar para o grau secundário pregando a liberdade de ensino, onde a aprendizagem não se dá necessariamente nas escolas oficiais. Além disso, o diploma de conclusão é substituído por um certificado de assistência e aproveitamento, os exames de admissão ao ensino superior passam a ser de responsabilidade das faculdades e não mais das Juntas Examinadoras e as escolas públicas passam a preparar os alunos das classes baixas para o serviço militar.

Essa reforma torna o ensino secundário tão calamitoso que o ministro seguinte, o jurista Carlos Maximiliano, promove uma nova reforma que modifica de forma radical a educação brasileira. Muito dessa reforma foi forçada pelo amplo movimento de professores e intelectuais brasileiros em prol da oficialização da educação pública. O próprio Olavo Bilac, observando o caos instituído no ensino do país, toma a frente de uma campanha pela responsabilidade do governo federal sobre a educação alegando que a educação nas mãos de governos locais ajudava a perpetuar as políticas coronelistas de favores.

Dessa forma, em 1915, é promulgada a Lei Carlos Maximiliano que dentre outras medidas restabelece a equiparação entre os estabelecimentos de ensino estaduais e federais, obrigando que os currículos das escolas públicas mantidas pelos estados sejam semelhantes ao do Colégio Pedro II. Pela primeira vez tentou-se

organizar uma Universidade Federal, colocando sob a mesma sigla a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica e as duas Faculdades Livres de Direito do Rio de Janeiro. Mesmo que criada apenas em 1920, a Universidade do Rio de Janeiro já se encontrava prevista por este decreto. Além disso, Carlos Maximiliano obrigou as escolas particulares a funcionarem apenas com autorização do Governo Federal e as incluiu no sistema de inspeção federal e estadual aos estabelecimentos de ensino. Apenas após o reconhecimento e a devida inspeção as escolas particulares poderiam expedir seus diplomas e certificados de conclusão. Além do mais, aos alunos das escolas particulares ficou estabelecido o direito de prestarem os exames preparatórios do Colégio Pedro II para obterem suas inscrições nos recém criados exames de vestibular.

Reestruturada a obrigatoriedade do ensino primário e estabelecida nova forma de ingresso ao ensino superior no Brasil, faltavam ainda leis que regulamentassem e defendessem a profissão docente. Desse modo, os professores do Rio de Janeiro voltavam o foco de suas reivindicações para as questões trabalhistas. Até aqueles que exerciam outras profissões como os advogados e médicos reconheciam que o fato dos professores receberem em suas escolas apenas 8 meses de salário tornava o exercício da profissão penoso e sacrificante. Mesmo tornando-se vítimas de perseguições, ameaças e demissões sumárias, diversos professores engrossaram o coro pelo pagamento das férias e das aulas de segunda época.

Alguns anos ainda seriam necessários para que a questão salarial fosse amenizada. A lei Carlos Maximiliano que parecia dar novos rumos à educação logo se tornaria, em alguns quesitos, letra morta. O não investimento na educação pública, em pouco tempo, voltou a ser prática dos governos subseqüentes. Novamente os docentes se viam as voltas com os problemas de infra-estrutura e a constante preocupação com a educação voltada para as classes mais baixas da cidade.

No ano de 1922, essas velhas querelas levaram a organização da I Conferência Interestadual de Ensino Primário. O ano era propício para que os professores chamassem a atenção da sociedade e das autoridades para sua causa. Data do Centenário da Independência, a cidade enfeitava-se para receber a Exposição

Internacional do Centenário, onde diversas autoridades nacionais e internacionais estariam presentes.

O prefeito Carlos Sampaio, em carta oficial divulgada pelos jornais, reconheceu as dificuldades encontradas pelos professores para exercer de forma plena a profissão docente, mas solicitou que, nesse ano de comemorações, por um instante, as dificuldades fossem postas de lado e que os alunos da instrução pública preparassem trabalhos relacionados ao Centenário. A reação da classe docente foi imediata. Diversas críticas a política do prefeito surgiram em meio às discussões e a principal delas girava em torno do desmonte do Morro do Castelo. Alguns diziam que um prefeito de desaloja impiedosamente a população carente, jamais se preocuparia em dar aos filhos desse povo sofrido a instrução necessária para superarem as adversidades da vida.

Os professores, secretários de ensino, representantes do governo federal e senhoras da alta sociedade, mantenedoras de instituições de caridade, viram na Conferência ficar acordado que a partir daquele ano, 10% da receita dos estados deveriam servir à instrução pública. Além disso, as visitas de médicos da rede pública de saúde às escolas públicas da cidade tornaram-se obrigatórias. Instrução e saúde para os futuros trabalhadores do Brasil foi parte da resolução final da Conferência Interestadual de Ensino Primário. Cabe-nos aqui dizer que, como todas as resoluções anteriores, essa também teve vida muito breve e logo os investimentos em educação voltariam ao mesmo ritmo de descaso.

O clima de insatisfação não só dos professores, mas das classes médias urbanas tornava-se latente. O despreço pela educação, por parte dos governos e dos donos de escolas particulares, alimentava a atmosfera de discussões e protestos. Cansados de esperar pelos dirigentes, um grupo de docentes liderados pelo professor David José Perez funda em 1927 a Confederação de Professores Brasileiros. Essa associação, criada para defender os interesses dos professores, durou apenas três anos, mas sua existência serviu de base para uma organização ainda maior e mais combativa que estava por vir.

Com a tomada do poder por Getúlio Vargas e seus correligionários, a política nacional toma um rumo diferente. A população agora se vê ansiosa por melhorias na

condição de vida, os grandes investidores esperam por um desenvolvimento industrial pleno e os trabalhadores buscam o reconhecimento de seus direitos. É dentro desse clima de euforia que diversos sindicatos de classes surgem no início da década de 30.

Dentro da área trabalhista temos a aprovação da lei 19770, de 19 de março de 1931, que impõe a criação de sindicatos oficiais. Essa regulamentação sindical chamava atenção para o fato de que os sindicatos deveriam possuir uma orientação estritamente profissional, sem finalidades políticas ou ideológicas e em total colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio do qual se esperava medidas favoráveis a todos os trabalhadores. Enquanto não ocorreu a definição das leis trabalhistas foi a lei dos sindicatos que tentou resolver as querelas entre patrões e empregados.

É importante observarmos que, se por um lado o enquadramento sindical impunha normas que limitavam a autonomia das instituições, por outro permitia aos sindicatos o acesso ao Estado que antes era tolhido aos trabalhadores. Deste novo Estado brasileiro, a população esperava o atendimento das reivindicações e a fiscalização do cumprimento das mesmas.¹⁴

Já no que concerne a educação, a primeira grande medida foi a criação de um órgão do governo que se dedica a questão. Ainda atrelada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, a educação encontrava-se sempre em segundo plano nas decisões ministeriais. Contudo, em 14 de novembro de 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública e imediatamente começa-se a pensar numa nova reforma educacional.

O direito de cursar o ensino superior era dado apenas pela aprovação nos exames vestibulares, sendo a conclusão do ensino secundário, no Brasil, não obrigatória para tal. Desse modo, os cursos ginasiais regulares eram quase que inexistentes e a maioria dos alunos davam preferência aos cursos preparatórios, mais rápidos e baratos, a fim de prestarem os testes das Juntas Examinadoras que lhe conferiam o direito de prestar o vestibular. Essa prática conferia a profissão docente

¹⁴ COELHO, Ricardo B. M. “O Sindicato dos Professores e os Estabelecimentos Particulares de Ensino no Rio de Janeiro”. Niterói - dissertação de mestrado - UFF, 1988.

um caráter semi-assalariado e liberal onde o próprio professor estabelece o valor de sua aula.

Esse quadro é alterado pela lei 19.890 de abril de 1930 que determina a implantação definitiva do regime seriado de 2º grau com frequência obrigatória e a extinção gradual dos exames parcelados preparatórios. A medida imprimiu ao ensino secundário uma nova organização, dividindo-o em dois ciclos: o primeiro de cinco anos denominado curso fundamental e o segundo de dois anos que constituía o curso complementar. Este curso estava dividido em três ramos, de acordo com os estudos superiores que o aluno visasse realizar. A partir de então, a formação escolar regular torna-se pré-requisito para o ingresso ao ensino superior. Ao mesmo tempo em que praticamente extingui as aulas particulares preparatórias, essa medida valoriza o professor e a escola que passam a ter autonomia na aprovação ou não de seus alunos.

Além dessa medida, a Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida, estabelece que todos os que pretendessem seguir o magistério deveriam se graduar pela Faculdade Nacional de Filosofia, ainda a ser constituída. Enquanto a faculdade não se tomava uma realidade, os professores de todo Brasil deveriam atuar com um registro provisório adquirido no recém criado Departamento Nacional de Ensino. Essa foi a primeira medida tomada na história do país em torno da regulamentação da profissão docente. Mesmo que mais tarde ela venha a causar certo transtorno aos professores, nesse momento ela foi muito bem aceita por todos os docentes no país.

Ainda na área da educação, a Reforma dividiu o ensino comercial em dois cursos distintos e ampliou o tempo para a formação, regulamentou a adoção do regime universitário em detrimento das faculdades isoladas existentes e instituiu o Estatuto das Universidades Brasileiras que dispõe sobre a organização do ensino superior no país apontando para o que futuramente virá a ser a Universidade do Brasil. Manteve ainda a gratuidade e a obrigatoriedade do ensino primário e incluiu como obrigatório o ensino de trabalhos manuais em todas as escolas normais do país.

Outra decisão que atingiu a classe docente foi a obrigatoriedade da conclusão do ensino primário para a obtenção da recém instituída carteira de trabalho. Com a aprovação dessas medidas, a área de atuação dos professores se amplia rapidamente.

Torna-se agora necessária uma instituição que lute pela manutenção e ampliação dos direitos adquiridos.

2.3

A reunião em um sindicato.

Os professores Erymá Carneiro e Cornélio José Fernandes eram companheiros de trabalho no conceituado curso Freycinet, no centro da cidade. Antes de iniciar suas aulas era de praxe a leitura do jornal e um cafezinho nas imediações. Ao se depararem com a notícia da aprovação da lei que criava os sindicatos oficiais ambos chegaram à conclusão de que era hora de organizar a dispersa classe docente e para auxiliá-los nessa missão o nome de David José Perez, ex-presidente da extinta Confederação de Professores Brasileiros, era o mais indicado.

Os primeiros encontros entre os três professores se deram em Santa Teresa na casa de David José Perez onde todos concordaram em convocar a categoria, através de uma nota na imprensa, para uma série de reuniões onde se discutiriam os termos de criação de um sindicato docente. Ficou acordado que as tais reuniões ocorreriam na sede do Instituto Brasileiro de Contabilidade, na Rua do Rosário, já que Erymá Cordeiro era contador de formação e possuía credibilidade dentro do Instituto. Também ficou acordado que os encontros para formação do sindicato se dariam sempre aos domingos, único dia livre em comum, iniciando em 26 de abril e seguindo por seis domingos consecutivos.

Durante essas reuniões muito se discutiu se o sindicato que nascia ali seguiria uma linha exclusivamente profissional ou se a instituição exerceria algum tipo de partidarização política ou ideológica. Muito também se discutiu sobre se a entidade atenderia aos professores de todos os níveis, onde se instalaria sua sede e o formato de futuros processos eleitorais. Enfim, em 31 de maio de 1931 era apresentado aos presentes o primeiro estatuto da entidade batizada de Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal. Nele ficam estabelecidos que o sindicato deveria seguir uma linha estritamente profissional, que os donos de escola, mesmo sendo professores, não teriam direito de sindicalizar-se e que, como

percebemos no nome, só fariam parte de seu quadro professores do ensino secundário e comercial da cidade do Rio de Janeiro.

Nascia assim o primeiro sindicato oficial de professores do Brasil. Sua secretaria provisória, presidida pelos três professores formadores da entidade, foi mantida numa sala do Instituto Brasileiro de Contabilidade até meados do mês de setembro e é nela que temos a primeira eleição para o Conselho Diretor. Ocorrida em 05 de julho de 1931 e formada por uma chapa única, a eleição transcorreu sem maiores problemas. Os 47 associados do Sindicato dão, através do voto, a autonomia necessária ao Conselho Diretor que elege como primeiro presidente o professor e jurista Hannemann Guimarães e estipula o 8 de julho como data das próximas eleições. Cabe lembrar que segundo a lei dos sindicatos oficiais as eleições para todas as entidades se dariam anualmente.

O número de associados cresceu vertiginosamente e em quatro meses ultrapassava a cifra dos 200 associados. Se considerarmos o número de professores atuantes no Rio de Janeiro a quantidade pode parecer relativamente baixa, mas é importante levar em conta a demora para a sindicalização já que esta deveria ser aprovada pelo Conselho Diretor. Parte da busca pelo Sindicato se deve em muito pelo caráter assistencialista que as instituições possuíam. Para amenizar as pressões sobre o Estado, os sindicatos eram responsáveis por oferecer aos seus associados serviços médico, jurídico e odontológico. Além disso, a obrigatoriedade do registro dos professores no Departamento Nacional do Ensino para exercerem suas funções logo se tornou exigência entre o patronato, mesmo que o referido departamento só existisse no papel. Até a constituição física desse órgão, que só se deu em 1934, o registro de sindicalizado foi validado como substituto.

Em setembro de 1931 o Sindicato inaugurou seu novo endereço na Praça Tiradentes, 50; onde funcionava o Centro Mineiro. Este espaço é cedido ao Sindicato pelo professor Arides Tavares, promotor da cultura mineira no Rio de Janeiro. É nesse local que ocorre, em 13 de setembro, a 2ª Assembléia da diretoria, não mais presidida por Hannemann Guimarães que deixou seu cargo no sindicato pouco tempo depois devido a seus afazeres no Colégio Pedro II onde era catedrático de latim. Presidida pelo professor Agrícola Bethlem, nela vemos configurar-se o que seria o

primeiro embate entre o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal e o Ministério da Educação e Saúde através da redação de um documento que se mostra contrário às Juntas Examinadoras. Além disso, formou-se uma comissão para redigir o anteprojeto da regulamentação da profissão docente a ser apresentado ao chefe do governo provisório, Getúlio Vargas.

Pelo estipulado pela Reforma Francisco Campos as antigas Juntas Examinadoras estariam extintas já em 1931. Neste ano todos os alunos candidatos aos exames vestibulares deveriam realizar provas parciais e finais diante de uma banca composta por dois professores do próprio colégio, oficialmente reconhecidos, sobre a presidência de um inspetor de seção didática designado pelas recém-criadas secretarias de ensino dos estados. A falta de organização do Ministério da Educação e Saúde, que não criou as tais secretarias a tempo, impediu o cumprimento da medida e o velho sistema de Juntas, que impedia a participação dos professores, foi mantido como solução para o ano de 1931.

Em decorrência disto, o Sindicato envia diversos telegramas solicitando audiências para o ministro Francisco Campos e o presidente do governo provisório Getúlio Vargas. Num desses telegramas há, inclusive, a denúncia contra o ministro Belisário Penna, responsável pela pasta da Saúde Pública. Nele o sindicato alega que o referido ministro queria afastar os professores do processo de avaliação dos alunos e que este considerava a classe como uma “praga do ensino, um elemento nocivo à educação”. Ainda no telegrama vemos que sob o olhar dos dirigentes “a medida visava gerar na mocidade a desconfiança e o descrédito com a classe dos professores”.¹⁵ Apesar dos protestos, liderados pelo Sindicato e apoiado pelos alunos, os exames foram realizados em dezembro. Contudo, em 1932 o decreto-lei que extinguiu as Juntas é finalmente posto em prática e os professores puderam participar do processo de avaliação de seus alunos.

Quanto à redação do anteprojeto produzido pelo Sindicato, este tinha como finalidade retirar os professores da categoria semi-assalariada e liberal e inseri-los, legalmente, na categoria de trabalhadores assalariados. Essa medida traria outros

¹⁵ Idem.

benefícios à categoria previstos nas novas leis trabalhistas criadas pelo novo regime. Porém, o anteprojeto de lei que regulamentava a profissão docente permaneceu congelado no Ministério da Educação e Saúde e chegou, inclusive a desaparecer dos arquivos, sendo o ministro Francisco Campos denunciado pelo Sindicato em 1932. O processo judicial foi arquivado e alguns anos seriam ainda necessários para a transformação da categoria.

Reconhecido como um órgão de trabalhadores autônomos, o Sindicato, durante seu primeiro ano de funcionamento, tentou regulamentar certas medidas através de acordos diretos com o patronato e percorreu diversas escolas colhendo a assinatura de seus diretores para a confecção de um convênio que assegurasse, num primeiro momento, o pagamento das férias. Infelizmente, alguns colégios católicos da época recusaram-se a assinar o convênio alegando que estas instituições seguem as determinações de suas respectivas Ordens não cabendo aos diretores tal decisão. Desse modo, o convênio não foi firmado. Porém, alguns colégios, como o curso Freycinet, se proporiam a pagar os meses de dezembro e março. Dessa forma, os professores dessas escolas que recebiam apenas oito meses passaram há receber 10 meses.

Outra vitória deste Sindicato foi a inclusão da categoria no recém criado Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciários (IAPC). Não sendo reconhecida como categoria assalariada, os professores não possuíam seu Instituto de Previdência e com isso não gozavam de certos benefícios oferecidos pelos mesmos, como lazer, atendimento médico, o direito a aposentadoria e planos de compra de imóveis. A importância dessa vitória materializa-se como o primeiro passo para os direitos trabalhistas que ainda viriam ser conquistados.

No plano político o Sindicato dos Professores, em 1932, junto ao Sindicato dos Bancários e ao Centro dos Operários e empregados da Light e Cia Associados fundou a primeira federação sindical do país nomeada Federação do Trabalhador do Distrito Federal. Após a fundação aderiram a essa federação a Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, União dos Estivadores, Centro dos Operários e empregados do Cais do Porto, Sindicato da Construção Civil, Sindicato do Carvão Mineral, Sindicato do Petróleo e Similares, Sindicato dos Barbeiros, Sindicatos dos

Marinheiros e Sindicato dos Vidraceiros formando a primeira união sindical do Brasil.¹⁶ Uma das primeiras medidas dessa Federação foi apresentar à Assembléia Constituinte um projeto bastante avançado no qual defendia entre outros itens, a autonomia sindical, o direito a greve pacífica, a obrigatoriedade das convenções coletivas de trabalho, a estatização dos transportes de qualquer natureza e a socialização dos latifúndios e terras devolutas. A única vitória vinda desse projeto foi a instituição das convenções coletivas em 1932, mas estas permaneceram letra morta durante muito anos e todas as conquistas sociais vieram através de reformas na legislação. Daí o enorme significado assumido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e pelas Juntas de Conciliação e Julgamento nas décadas de 30 de 40.

Concomitante ao processo de luta pelos direitos trabalhistas, em 1932, um grupo de educadores lança à nação o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Redigido por Fernando de Azevedo e assinado por outros nomes conceituados como Anísio Teixeira, Delgado de Carvalho, Cecília Meirelles, Edgar Sussekind de Mendonça, Darcy Ribeiro, Paschoal Lemme e Florestan Fernandes; tinha como um de seus objetivos situar a educação como primazia nos planos da nação para alcançar os parâmetros mais elevados de desenvolvimento político, cultural e social. Além disso, eles pregavam que apenas um regime estatal de ensino público, laico e aberto seria capaz de corrigir as enormes desigualdades do Brasil.¹⁷

É dentro desse espírito de lutas e reivindicações que vemos surgir um grande número de instituições sindicais. Em particular, o Sindicato dos Professores do Ensino Secundário e Comercial do Distrito Federal tomou frente em muitas dessas batalhas. Contudo, sua forma de vínculo não-trabalhista contribuiu para retardar a formação de uma consciência de classe e a organização sindical em torno em muitas reivindicações, além do fato de os donos de escolas também lecionarem o que ajuda a encobrir os interesses trabalhistas.¹⁸

Outro fato que alavancou a formação sindical no país foi a opção tomada pelo governo provisório de adotar uma constituição classista para o novo projeto

¹⁶ Arquivo Sinpro-Rio.

¹⁷ Cópia do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova existente no arquivo do Sinpro-Rio.

¹⁸ Idem.

legislativo do Brasil. Dentro dessa proposta temos a escolha dos deputados constituintes feita pelos membros da classe trabalhadora, ou seja, ao delegados dos sindicatos oficiais. Apenas essas autoridades sindicais reconhecidas pelo Estado teriam direito a voto para a formação do corpo legislativo que redigiria a nova Constituição brasileira. Se por um lado essa manobra atrelava cada vez mais o movimento sindical ao Estado, por outro ela dava a esse mesmo movimento de trabalhadores um nível de participação num processo onde o povo, quase sempre, encontrou-se apartado.

A partir de agosto de 1933, o Sindicato passa a atender na Rua São José, 52, bem próximo a Assembléia Legislativa. Sua participação na Assembléia Nacional Constituinte voltou-se inteiramente para a conscientização dos futuros deputados classistas de que era urgente que se investisse em educação e que se valorizasse a profissão docente. Dentro desse processo os membros da diretoria redigiram um manifesto para esclarecer os motivos pelos quais os períodos de férias escolares deveriam ser remunerados. Além disso, visando estender seu quadro de associados e o número de professores participantes do processo de reconhecimento profissional, o Sindicato, através de uma alteração em seu estatuto passa a denominar-se Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Sua estada na Rua São José foi bastante rápida e já em novembro encontra-se com nova sede no Edifício Odeon, na praça conhecida como Cinelândia.

O Sindicato inicia o ano de 1934 enfrentando fortes retaliações do patronato. Após a formação da Assembléia Constituinte, os professores ligados ao Sindicato passaram a atuar mais ativamente dentro das escolas para o fortalecimento da classe e do coro de reivindicações. Como recompensa, ao longo do ano, vê-se crescer, desordenadamente, o número de demissões nos colégios do Rio de Janeiro.¹⁹ Em contra partida, a diretoria recorre a seus deputados classistas na Assembléia Constituinte que repudiam publicamente a política de demissões e pedem ao Ministério da Educação e Saúde que interceda na questão da regulamentação da profissão docente.

¹⁹ Arquivo do Sinpro-Rio.

No ano seguinte vê-se surgir a primeira tentativa de contrato regular de trabalho para os professores. Apesar de encontrarem-se previstas em lei desde 1932, a prática de formular convenções coletivas de trabalho ainda não havia sido posta por nossa categoria por conta das negativas do patronato. Este contrato formulado em 1935 ainda não se encaixa nos padrões de uma convenção coletiva, já que o Sindicato não teve participação na sua constituição, mas figura-se como um ganho para a categoria.

Em prática, os donos de escola junto ao Ministério da Educação e Saúde Pública aprovaram os itens para a regulamentação do trabalho docente. Nesse contrato constava pela primeira vez uma remuneração mínima por aula que foi estipulada em 6mil réis. Além disso, os contratos de trabalho seriam assinados até 28 de fevereiro e o período de férias escolares passaria a ser remunerados com base na média recebida durante o ano letivo. As demissões foram condicionadas ao pronunciamento da Inspeção Geral do Ensino Secundário em processo regular decorrente de inquérito procedido por escrito, com pelo menos 60 dias de antecedência, caso não fosse de interesse do colégio renovar o contrato do professor. E finalizando o contrato, os feriados deixariam de ser descontados dos salários dos docentes. Mesmo assim, os professores não deixaram de recorrer à justiça, através das Juntas de Conciliação para garantir seus direitos²⁰.

Porém, o que parece ser um contrato vantajoso para toda categoria acaba por se tornar uma barreira. Isso se deve ao fato de que o salário mínimo estipulado por aula, tornar-se inferior ao já pago pela maioria dos grandes colégios da cidade o que resultou em diminuição salarial para vários professores. Em segundo lugar, o condicionamento das demissões ao julgamento da Inspeção, que parece ser uma medida cautelar para reprimir o processo nada mais é do que a institucionalização do mesmo. Tal Inspeção encontrava-se subordinada ao Ministério da Educação e Saúde onde os donos de escolas possuíam voz ativa. Isso se deve muito ao fato de o estatuto do Sindicato proibir a sindicalização dos donos de escola mesmo sendo professores. Estes como docentes se ligam ao Ministério e a Associação Brasileira de Educação

²⁰ Idem.

(ABE) ganhando com isso muita força nas decisões ligadas à política educacional e a regulamentação da profissão docente. É essa maciça presença do patronato no Ministério da Educação que leva o Sindicato a voltar-se para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, criando um verdadeiro embate entre os ministérios que só se apazigua com a nova constituição de 1946.

Mesmo com a aprovação de uma Constituição de caráter mais liberal e moderna, na qual diversos direitos trabalhistas foram garantidos e muitas medidas de cunho nacionalistas foram tomadas, certo clima de insatisfação com os rumos do novo governo ainda pairava no ar. É dentro dessa atmosfera que temos, em março de 1935, a fundação da Aliança Nacional Libertadora (ANL) que entre outras coisas apoiava medidas nacionalistas e tinha como bandeira a reforma agrária e a melhoria das relações de trabalho. Sua rápida adesão por alguns seguimentos militares e católicos, e principalmente, por membros e simpatizantes do Partido Comunista causa certo temor aos líderes do Estado e em julho a ANL é posta na ilegalidade²¹.

Sua nova condição de movimento ilegítimo não se constituiu como uma grande barreira para a organização de seus adeptos que continuaram realizando comícios e distribuindo panfletos contra as ações do governo. Muitos grupos de intelectuais e trabalhadores do Brasil engrossaram as críticas ao governo Vargas, entre eles parte da diretoria do Sindicato dos Professores do Distrito Federal que denunciavam o descaso com a educação e a classe docente.

Em decorrência dessa insatisfação, em novembro de 1935 ocorrerem levantes tenentistas em três cidades do país, entre elas o Rio de Janeiro. Esses militares contavam com o apoio do operariado fluminense para levar o movimento até as portas do Palácio do Catete, derrubar o governo Vargas e instalar uma república popular no Brasil. Contudo, os esperados movimentos grevistas não ocorreram e o levante foi violentamente reprimido pelas forças do governo. Desde então, uma forte repressão contra todos os movimentos contrários ao governo se espalhou pelo país.

²¹ FERREIRA, Marieta de Moraes. “Os anos rebeldes do tenentismo”. **Revista de História [da] Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, v.1,nº1, p.46-51,jul.2005.

Milhares de pessoas foram presas incluindo deputados, senadores e o próprio prefeito de Distrito Federal, Pedro Ernesto²².

A perseguição não se deu de forma menos violenta dentro do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. O enalço aos insatisfeitos com a política nacional levou ao afastamento da categoria que temendo pelas prisões e demissões esvaziou rapidamente o Sindicato. O ano de 1936 se inicia com uma diretoria desmantelada e um número irrisório de sócios pagantes. Já em fevereiro o presidente, professor Carlos Nogueira Branco é afastado de seu cargo e sem recursos, o Sindicato vê-se obrigado a deixar a sede no Edifício Odeon, passando a funcionar numa sala emprestada na sede do Sindicato dos Vendedores Pracistas, Operadores Cinematográficos e Manipuladores, na Rua da Quitanda, 72 - 2º andar.

Financeiramente combalido, sem a formação de qualquer tipo de liderança ou apoio de sua categoria, o Sindicato dos Professores do Distrito Federal, vê-se, entre 15 e 22 de março de 1937, vítima de um processo movido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio onde ao final dele sua carta sindical é cassada, ficando proibido de atuar. Os professores do Distrito Federal estavam assim desamparados de seu órgão sindical.

Além das prisões e cassações, a derrota do movimento que ficou conhecido como Intentona Comunista deu início a uma série de medidas repressoras onde o próprio legislativo aprovou diversas medidas que diminuíssem seu próprio poder de atuação. Com poderes cada vez maiores o executivo comandava o país a seu bel prazer até o golpe final em novembro de 1937. Com o fechamento do Congresso Nacional, o cancelamento das eleições no país e a manutenção de Getúlio Vargas no poder têm-se instaurado o Estado Novo.

O novo texto constitucional apresentado pelos líderes estadonovistas enfraquece muitas das conquistas adquiridas na Constituição de 1934. Na área educacional, observa-se uma clara preocupação com a preparação da mão-de-obra brasileira para as novas necessidades do capital industrial enfatizando a importância do ensino profissional. Além disso, a carta constitucional propõe que o ensino das

²² Idem.

ciências e das artes seja livre à iniciativa individual, sendo oferecidas por associações públicas ou privadas. Desse modo, o dever do Estado de investir em educação é amenizado à medida que as instituições particulares ganham força e respaldo legal. Seu texto traz ainda uma clara distinção entre trabalho intelectual, para as classes mais favorecidas, e o trabalho manual para as classes de menor poder aquisitivo. Este tipo de distinção deveria se iniciar desde os primeiros anos de aprendizagem graças à obrigatoriedade do ensino de trabalhos manuais nas escolas públicas primárias e secundárias²³. Outra medida importante foi a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) mantidos sob a forte vigilância do Estado.

Mesmo impossibilitados de atuar em torno de um sindicato oficial, os professores não se mantiveram inertes. Após a cassação, um novo grupo de docentes se reúne em torno de uma junta governativa presidida pelo professor Luis Bastos Ribeiro para traçar as metas necessárias para o restabelecimento do Sindicato dos Professores do Distrito Federal. Um ano após a cassação um novo estatuto é apresentado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e em junho de 1938 uma nova carta sindical é expedida. O Sindicato restabelece sua oficialidade, aloca-se na Rua da Quitanda, 45 e elege como presidente o professor Manoel Caetano Sipaúba, defensor da total colaboração com o Estado Novo, declarando publicamente seu respeito à nova "Lei da disciplina e da ordem".²⁴

A reorganização da classe se dá de forma difícil e penosa. Trazer de volta ao Sindicato os velhos professores que foram presos ou afastados em decorrência dos acontecimentos de 1935 era visto com maus olhos pelo Estado. Por outro lado, atrair novas lideranças tornava-se muito difícil. Apesar de prevista em lei desde 1931, a Faculdade Nacional de Filosofia só foi criada em 1939 e é nela que se formam os novos quadros de professores do Rio de Janeiro. Os jovens docentes viam com certa desconfiança uma diretoria sindical que se mostrava favorável do Estado Novo.

²³ BOMENY, Helena. "Quando os números confirmam impressões: desafios na educação brasileira". *Interseções-Revista de Estudos Interdisciplinares*. Rio de Janeiro, v. 5, n° 2, p.277-301, dez. 2003.

²⁴ Acervo de periódicos do Sinpro-Rio.

Visando amenizar as possíveis pressões que o Estado sofreria por parte dos trabalhadores e a manutenção de seus poderes sobre os sindicatos, em 1939 é outorgada uma nova lei sindical que confere às instituições classistas um caráter bastante administrativo. A partir dessa lei, todas as funções dos sindicatos passariam a ser delegadas pelo Estado que as transformaria em verdadeiras máquinas burocráticas²⁵. Agora, os sindicatos encontravam-se responsáveis pelo gerenciamento de seus institutos e caixas de pensão e aposentadoria, e seriam obrigados a prestar assistência dentária, médica e jurídica, além de equipar-se com biblioteca, creche e escolas profissionais. Todos os sindicatos teriam um prazo máximo de dois anos para adequarem-se às novas regras.

Após alegar total colaboração com o regime estadonovista, os membros da diretoria do sindicato dos professores passaram a gozar de certo respaldo nos momentos de negociação. Mesmo com Ministério da Educação e Saúde ainda voltado para as necessidades do patronato, o Sindicato conseguiu manter o direito ao pagamento de férias adquirido antes da cassação. Fazendo uso de meios de negociação ordeiros, novos e importantes avanços são conquistados. O mais significativo deles foi o decreto-lei 2028 de fevereiro de 1940 que pela primeira vez traz resoluções que amparam o trabalho docente. Suas determinações são bastante inovadoras se avaliarmos a realidade dos professores da época, mas elas nada mais são que o fruto de muitos anos de lutas.

A primeira das inovações do decreto é a obrigatoriedade do registro profissional em carteira de trabalho. Foi através dessa medida que tivemos a extensão dos direitos trabalhistas para a categoria docente que, enfim, tem reconhecido seus direitos como categoria assalariada e não mais como profissão liberal. A partir desse momento fica estabelecido que a remuneração dos professores se desse por aula dada, com o pagamento efetuado mensalmente abolindo dessa forma a prática de pagamento ao final do dia que desvinculava o professor da escola. Além disso, dos salários só seriam descontados os dias faltados pelo professor e não mais os feriados

²⁵ ANTUNES. Ricardo L.C. "O que é sindicalismo". São Paulo: Brasiliense, 1982.

como era costume, e a remuneração das horas excedentes também é regulamentada por essa lei.

Ainda dentro do decreto temos a proibição dos trabalhos aos domingos, o estabelecimento do mês de trabalho com quatro semanas e meia, o direito de ausência por nove dias para gala ou luto, o pagamento regular dos períodos de férias e exames, sendo esses últimos à única prática permitida durante o recesso e com tempo limitado a oito horas de trabalho. No caso de os exames ultrapassarem esse período seria conferido ao professor um pagamento complementar tendo cada hora excedente o valor de uma aula.²⁶

O decreto também limitou a seis o número de aulas diárias a serem dadas com a obrigatoriedade de 90 minutos para descanso ou almoço após o decurso de três aulas consecutivas. Essa medida limitou em muito a possibilidade do professor de incrementar seus ganhos salariais e imediatamente o Sindicato solicitou a sua revisão. O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foi favorável à alteração, mas essa só ocorreu em 1941. A partir da nova redação o número de aulas fica limitado a seis por estabelecimento de ensino.

Ironicamente o decreto-lei determinava que só estariam aptos ao funcionamento os estabelecimentos que remunerassem condignamente seus professores e que ficaria a cargo do Ministério da Educação e Saúde fixar os critérios dessa remuneração e fiscalizar os estabelecimentos que não a cumprissem. Como já dissemos anteriormente, este ministério mostrava-se sempre bastante favorável aos anseios dos donos de estabelecimentos de ensino e mais uma vez, o salário-aula fixado manteve-se abaixo do que já era praticado na maioria das escolas. Este valor da hora-aula se manteria congelado até 1945.

Mesmo refletindo alguns ganhos o decreto ainda não se configurou como a solução definitiva para todos os problemas dos professores. A questão salarial, por exemplo, manteve-se como uma preocupação permanente. Enquanto o Ministério da Educação e Saúde esteve a frente dessas decisões, o Sindicato não conseguiu colocar em prática a determinação das Convenções Coletivas, instituídas desde 1932. As

²⁶

Arquivo do Sinpro-Rio.

demais determinações, cuja fiscalização cabia ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quando não cumpridas eram ao menos julgadas pelas Juntas de Conciliação. Já os reajustes salariais tornaram-se batalhas longas e cansativas.

Como se não bastassem os constantes embates com o patronato, sempre amparado pelo Ministério da Educação, em 1941 o Sindicato se viu, novamente, ser vítima da questão do enquadramento sindical. A fiscalização regular por parte do Ministério do Trabalho alegou que o Sindicato dos Professores do Distrito Federal não se encontrava dentro dos parâmetros regulamentados em 1939 e recomenda a cassação de sua carta sindical. O presidente Petrônio Motta rapidamente se movimenta para evitar a nova ilegalidade e no mesmo ano envia o novo pedido de reconhecimento e a promessa de reforma no estatuto. Contudo, o número de instituições sindicais que têm sua cassação recomendada é imenso e os processos da reavaliação acabam se acumulando dentro do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante a espera, o sindicato docente viveu um período de incertezas.

Durante o ano de 1942 o Sindicato sofreu com a indecisão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio estando de fora dos debates de uma nova modificação no ensino proposta e executada pelo ministro da educação e saúde Gustavo Capanema. Em sua reforma, batizada de Leis Orgânicas da Educação, temos o reconhecimento do ensino profissional como um ramo do ensino secundário e não mais do ensino primário como se encontrava anteriormente. Além disso, temos a regulamentação do ensino industrial e comercial. Vale frisar que o SENAI é criado imediatamente, já o SENAC só vem a configurar-se em 1946, após o Estado Novo. No ensino regular a modificação de sua composição determinou que este fosse constituído de cinco anos de curso primário, quatro do curso ginásial e três de colegial que deixava de ser um mero preparatório para o vestibular e ganhava uma característica de formação geral sendo dividido em científico e clássico. A modificação curricular instituiu a educação militar para os alunos do sexo masculino, manteve o caráter facultativo da educação religiosa e o obrigatório da educação moral e cívica.

Houve ainda uma recomendação para que a educação de moças e rapazes fosse feita em estabelecimentos distintos²⁷.

Outro fato significativo foi a aprovação do decreto de 1º de maio de 1943 onde todas as leis trabalhistas produzidas desde 1930 foram reunidas no texto final conhecido como Consolidação das Leis do Trabalho. Além das leis trabalhistas, as leis que regem os sindicatos também foram revistas e reformuladas para a constituição da CLT. Desse modo, muitos dos sindicatos que se encontravam em vias de cassação tiveram nova carta sindical expedida.

No caso específico do Sindicato de Professores do Distrito Federal, além da Nova e definitiva carta sindical, foi imposta pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio a formação de uma junta governativa que enquadraria o sindicato nas determinações legais. Empossado como presidente, o professor Elpídio Pimentel, junto a sua diretoria, convoca assembléia para a discussão das alterações estatutárias. Através delas, o Sindicato conseguiu montar uma proposta de organização de modo que passasse a prestar assistência médica, dentária e jurídica, além dos serviços de biblioteca e creche previstos na CLT. A exigência de uma escola profissionalizante foi considerada inadequada para a formação de professores já que estes deveriam, agora, formar-se pela Faculdade Nacional de Filosofia. Além do acréscimo dessas determinações, o estatuto sofreu nova alteração na denominação da entidade que passou a se chamar Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro.

Regulamentado seu funcionamento o Sindicato muda-se para a nova sede na Rua Álvaro Alvim, 33/37 sala 720 e reinicia suas atividades movimentando os processos de não pagamento de férias estacionados no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e conseguindo várias vitórias nesse setor. Instalados num dos prédios mais modernos da cidade, com cinema e restaurante, no coração do Rio de Janeiro, os membros da diretoria rapidamente iniciaram uma campanha de conscientização do papel do professor na sociedade e do papel do sindicato na vida

²⁷ D'ARAÚJO, Maria Celina. "Nos braços do povo: a segunda presidência de Getúlio Vargas". In: "As instituições brasileiras da Era Vargas"/ Organização Maria Celina D'Araujo. Rio de Janeiro, Ed. UERJ; Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. p. 97-118.

dos professores. Com distribuição de panfletos e palestras que lotavam a sala da sede, em poucos meses o número de sindicalizados duplicou e já no ano seguinte, mesmo que com vida curta, temos a publicação do primeiro boletim informativo onde as leis que protegiam a profissão docente eram publicadas e amplamente divulgadas, incrementando o movimento de pressão sobre o patronato²⁸.

O ano de 1943 também foi marcado pela formatura da primeira turma de professores saídos dos bancos na Faculdade Nacional de Filosofia. Prevista há mais de 10 anos, a instalação da Faculdade dá ao magistério status de profissão de nível superior e o diploma de licenciado torna-se exigência para a docência. Ao mesmo tempo em que a instituição do diploma valoriza a formação do professor, ele torna-se um impedimento aos velhos docentes que ainda lecionavam amparados pelo registro no Departamento Nacional de Educação.

Escorados pela nova exigência o patronato rapidamente inicia um maciço processo de demissão dos professores que possuíam apenas a licença provisória. Esse movimento deflagra uma verdadeira batalha entre o Sindicato e os patrões que se arrasta durante anos. Num primeiro embate, mediado pelo Ministério da Educação e Saúde todas as demissões efetuadas pela falta de diploma foram consideradas justas e os professores demitidos aconselhados a ingressar na Faculdade caso desejassem manter a profissão docente.

Atentos às manobras do patronato dentro do Ministério da Educação e Saúde, a diretoria do Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro estuda outras formas de reverter este processo de demissões. Numa delas temos a redação de diversas cartas destinadas ao presidente Getúlio Vargas e ao Ministro Gustavo Capanema apelando para o bom senso das autoridades quanto à questão. No entanto, as cartas jamais foram respondidas²⁹ e nem mesmo as diversas notas publicadas nos jornais da época sensibilizaram as autoridades competentes. Desse modo, o Sindicato tenta articular a mudança da esfera para o julgamento desses processos. Alegando se tratar de questões trabalhistas, o Sindicato exige que seja o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o responsável pela avaliação dos

²⁸ Arquivo do Sinpro-Rio.
²⁹ idem

processos. De qualquer forma, a querela ainda duraria alguns anos e o número de demissões cresceria na mesma escala que o número de licenciados pela Faculdade Nacional de Filosofia.

Outra questão urgente era a revisão das bases salariais da categoria. Desde a fundação do Sindicato foram feitos apenas dois cálculos oficiais sobre o valor da hora-aula, em 1935 e 1940, e ambos chegaram a valores inferiores aos que já eram pagos. Vale lembrar que esses dois primeiros cálculos foram executados pelo Ministério da Educação e Saúde com o auxílio dos patrões sem que o Sindicato dos Professores tomasse qualquer parte na discussão dessas propostas e ao questionar tais decisões a resposta oficial foi a seguinte:

“...considerando que a maior ou menor amplitude da condigna remuneração dos Professores de um Estabelecimento Particular de Ensino é assunto de livre entendimento entre aquêles e êste, dependendo, a sua fixação, de múltiplas circunstâncias de natureza econômica e cultural.³⁰”

Mesmo que sendo bastante desanimadora a colocação feita pelo Ministério da Educação e Saúde, o Sindicato não esmoreceu um só momento e em 24 de março de 1945 o presidente Wladimir Sonne Villard, enfim, consegue reunir-se com o diretor do Departamento Nacional de Educação, o sr. Abgar Renault e o sr. La-Fayette Côrtes, representante do Sindicato dos Diretores de Estabelecimentos de Ensino. Na reunião, entre outras coisas, discutiu-se a defasagem salarial da categoria e a promessa de um decreto que regularize a questão ainda dentro do ano. De resultado concreto apenas o pedido do diretor do Departamento Nacional de Educação para que o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro entregasse um documento contendo as principais reivindicações a serem discutidas para possível inclusão no futuro decreto.

De imediato o Sindicato lançou as seguintes questões; a Portaria Ministerial nº. 8, que regulava os salários dos professores deveria ser imediatamente revogada e nova Portaria deveria ser baixada. No entendimento do Sindicato eram as imperfeições e lacunas da referida Portaria as responsáveis pelos litígios entre professores e patrões. Além disso, a nova portaria deveria fixar novas bases para o

³⁰

Idem

salário-aula já que a base atual, além de defasada, era injusta, pois permitia dentro do mesmo estabelecimento a diferença salarial para professores da mesma série. E finalizando, os professores deveriam ser premiados por tempo de serviço dentro do mesmo estabelecimento e deveriam ser remunerados pelas correções de provas e aplicações de exames³¹.

Pouco mais de quinze dias depois, em 05 de abril de 1945, é promulgada, pelo Ministério da Educação e Saúde, a Portaria 204 que fixava as novas bases salariais. O espaço de tempo relativamente curto entre a apresentação das propostas do Sindicato e a assinatura da nova Portaria denuncia velhas manobras. Para a nova Portaria o Sindicato de Professores foi ouvido, mas não necessariamente tenha sido atendido.

Na nova Portaria, antigas cláusulas como férias remuneradas, proibição de trabalhos aos domingos e feriados, desconto apenas dos dias faltados e remuneração das aulas extras foram mantidas. A essas foram acrescentadas medidas como, após o decurso de três aulas consecutivas seria facultado ao professor o período de 90 minutos para descanso ou refeição e os salários deveriam ser pagos até 5º dia útil de cada mês. Referente à hora-aula, os cálculos mantiveram-se muito semelhantes aos anteriores baseando-se no salário mínimo, nas mensalidades pagas pelos alunos e no número de estudantes por turma. O que foi modificado foram as percentagens aplicadas a essas bases o que resultou em razoável aumento da hora aula. De qualquer forma, o salário mínimo não era o mesmo em todas as regiões do país e as mensalidades variavam muito, inclusive dentro de um mesmo estabelecimento. A medida tentou resolver o problema da defasagem em relação aos anos anteriores, mas não resolveu o problema dos diferentes salários pagos para professores das mesmas séries e dentro de um mesmo estabelecimento, por exemplo.

De qualquer forma, esta seria a última medida do Estado Novo voltada para os professores. Em outubro de 1945 Getúlio Vargas seria deposto pela frente militar liderada pelo Ministro de Guerra, General Góes Monteiro. Em seu lugar o presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares presidiu o país até a posse de Eurico Gaspar Dutra em janeiro de 1946³².

³¹ Idem

³² D'ARAUJO, Maria Celina. "A Era Vargas". 1ªed. São Paulo: Moderna, 1997.

Confiantes na volta da democracia, os professores se organizaram em torno de seu Sindicato na tentativa de solucionar através da nova carta constitucional os velhos problemas da profissão. No entanto, antes mesmo da aprovação da Constituição, o novo ministro da Educação e Saúde, Ernesto de Souza Campos, junto ao presidente Eurico Gaspar Dutra, interpelaram no caso dos professores que atuavam apenas com o registro provisório. Em maio de 1946, é baixado um decreto presidencial que concede a todos os professores que se registraram provisoriamente até fevereiro de 1939 um documento definitivo sem que estes precisem prestar novos exames na Faculdade Nacional de Filosofia³³.

Resolvido o problema dos docentes com registro provisório e com um novo acordo salarial posto em prática, o Sindicato dos Professores uniu-se aos demais movimentos de trabalhadores em torno de propostas para a nova Constituição em discussão na Câmara dos Deputados. Alguns membros da diretoria prestaram apoio à fundação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), ligada ao PCB. Mesmo não prevista na antiga legislação sindical, esta central de trabalhadores liderou as campanhas pelas mudanças constitucionais. Ao longo do ano de 1946, inúmeras greves foram deflagradas pelo país exigindo a reestruturação das leis que regem os sindicatos, na busca por maior autonomia para as instituições, e pela melhoria nas condições de trabalho como o aumento do salário mínimo e a institucionalização do 13º salário.

Em 18 de setembro de 1946, o novo texto constitucional é aprovado contento poucas alterações em relação ao anterior. O imposto sindical, que a época representava pouco na manutenção financeira das instituições já que boa parte deste se destinava ao governo, foi mantido da forma como se encontrava. Também foi conservada a possibilidade de o Estado intervir na vida sindical. Como na ideologia estadonovista, o sindicato continuava a ser visto como órgão de colaboração do Estado oferecendo a seus associados assistência médica, dentária e jurídica; auxílio maternidade e funeral, Bureau de empregos, seguros e lazer.

³³

Arquivo Sinpro-Rio.

Em relação aos docentes, aponta-se, pela primeira vez, para a possibilidade de aposentadoria aos 25 anos de profissão para mulheres e 30 anos para homens. Porém, as exigências postas para isso são tantas e tão disparatadas que se tornava praticamente impossível aposentar-se com esse benefício. Nesta mesma Constituição, a prática do professor é reconhecida como umas das carreiras mais mal remuneradas da união fazendo com que seus trabalhadores estejam isentos do pagamento do imposto de renda³⁴. Esta última medida pouco agradou o Sindicato que passou a exigir do governo a imediata melhoria na condição de trabalho dos docentes.

Na área da Educação, ocorrem significativas mudanças. Através dessa Constituição temos a manutenção da obrigatoriedade de conclusão do ensino primário e pela primeira vez o compromisso legal do governo de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova carta constitucional fez voltar o preceito de que “a educação é direito de todos”³⁵, inspirada nos princípios proclamados no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932. Ainda temos a regulamentação do Ensino Primário e do Ensino Normal e a criação o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Contudo, muitas das leis de segurança criadas durante todo o regime de Getúlio Vargas permaneceram em vigor na nova Constituição. Através delas os presidentes podiam intervir em sindicatos e quaisquer instituições que perturbassem a ordem política e social. A divisão da polícia em política e social se manteve ativa por muitos anos fazendo o levantamento da ficha de várias pessoas consideradas subversivas. O período do governo Dutra não foi diferente e até seu término cerca de 400 instituições classistas sofrem intervenções ou tiveram sua carta sindical cassada³⁶.

Tendo à frente um presidente favorável ao diálogo com as forças do governo, o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário, Primário e Artes do Rio de Janeiro não vem a sofrer qualquer tipo de intervenção. Ao contrário, esta instituição abre novos espaços e para os anos de 1947 e 1948 consegue colocar em prática as

³⁴ Idem

³⁵ Acervo da ALERJ.

³⁶ GIANOTTI, Vito. “História das Lutas dos Trabalhadores no Brasil”. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

Convenções Coletivas, determinadas em lei desde 1932. Reconhecido como uma instituição sindical de trabalhadores e não mais de profissionais liberais, desde a instituição da CLT; nesses primeiros acordos foram mantidas as formas de remuneração expostas na Portaria 204 incrementadas de percentuais variáveis de aumento. O acréscimo se deve ao congelamento do salário mínimo pelo governo, medida que também estacionava o salário docente. Além disso, aos direitos já adquiridos, foi incorporado o pagamento do repouso remunerado reivindicado há tempos.

Animados com o aumento salarial real por dois anos consecutivos, fato que não acontecia com os demais trabalhadores do Brasil, a diretoria convoca uma assembléia de associados para discutir os termos de compra de uma sede definitiva, visando por um fim as constantes mudanças do Sindicato. Diversas propostas foram postas em pauta e muito se debateu até a conclusão de que a sede deveria ser mantida no centro da cidade. Na última reunião do ano, em 31 de dezembro de 1948, é aprovada a compra de uma sala no edifício número 13 da Avenida 13 de Maio.

Ainda no ano de 1948, o então ministro da Educação e Saúde, Clemente Mariani cria uma comissão com o objetivo de elaborar um anteprojeto de reforma geral da educação nacional. Esta comissão, presidida pelo educador Lourenço Filho, estava organizada em três subcomissões: uma para o Ensino Primário, uma para o Ensino Médio e outra para o Ensino Superior. Apresentado a Câmara Federal, o anteprojeto manteve-se estacionado por muitos anos devido às longas discussões suscitadas pelo seu texto progressista, entre elas a questão da responsabilidade do Estado quanto à educação. Diversos substitutivos foram apresentados, entre eles o do Deputado Carlos Lacerda que aumentaria a participação das instituições privadas no ensino. Treze anos ainda seriam necessários para que esse anteprojeto se constituísse como a 1ª Lei de Diretrizes e Bases da educação do país.

A década de 40 chegava ao fim com um índice inflacionário cada vez maior. Para piorar a situação, o salário mínimo encontrava-se congelado desde 1945 e os trabalhadores perdiam em muito seu poder de compra. Diversas greves e manifestações populares explodiam pela cidade e a polícia invadia as sedes dos sindicatos e prendia seus diretores sem cerimônia. Na instituição de professores ainda

em março de 1949, tentou-se fazer uma nova convenção coletiva com ganho real de aumento salarial. Contudo, os donos de escola se recusam a discutir as bases de um novo acordo alegando que o congelamento do salário mínimo, promovido pelo Estado, lhes dava o respaldo necessário para a recusa do aumento. Alguns meses se passaram e diversas reuniões de conciliação foram promovidas entre os diretores de escola e os diretores do Sindicato de Professores, mas todas foram em vão. Próximo ao término do ano, o Ministério da Educação e Saúde resolveu impor o acordo do ano anterior no qual os salários já se encontravam muito defasados por conta da alta inflação que assolava o país. Dessa forma, o Sindicato de Professores encerrava o ano engrossando o coro de reivindicações e protestos contra a política do General Eurico Gaspar Dutra. A insatisfação geral entre os trabalhadores brasileiros crescia de forma avassaladora enquanto o país se preparava para novas eleições presidenciais que ocorreriam ao final de 1950 sob um clima de tensão permanente.

A impopular política social e econômica do governo Dutra auxilia a volta de Getúlio Vargas, dessa vez eleito, ao Palácio do Catete. Baseado na promessa de investimentos na produção industrial, no projeto de defesa das riquezas naturais brasileiras e na valorização do trabalhador, Vargas mobiliza amplo apoio das frentes populares em torno de sua eleição. Dentro do Sindicato dos Professores percebemos um movimento semelhante. Desprestigiada pelo apoio aberto ao Estado Novo e ao governo Dutra, a antiga diretoria, que se revezava no poder desde 1938, é derrotada nas eleições de julho de 1949 por uma chapa encabeçada pelo fundador do Sindicato, o professor David José Perez. O retorno da antiga liderança representa o sentimento de insatisfação com os rumos tomados pelo Sindicato e as lutas frustradas do último ano. Tendo ao seu redor diversos professores filiados ao PTB e ao PCB, que ainda se encontrava na ilegalidade, o Sindicato passa a estar mais presente nas lutas dos trabalhadores e nas discussões em torno das leis sindicais.

Já em 11 de outubro de 1950, o Sindicato muda-se para seu primeiro endereço próprio na Avenida 13 de Maio, 13/sala 402. A compra de um imóvel reflete o movimento de consolidação da instituição que agora deixaria de peregrinar pela cidade e montaria frente em local fixo para construção de sua liderança dentro do movimento sindical. A partir de agora, o movimento de professores iniciaria sua

caminhada para a consolidação da categoria como classe trabalhadora, discutindo, apoiando e participando dos movimentos reivindicatórios e grevistas e reconhecendo as diferentes necessidades nos diversos colégios espalhados pela cidade. Vale frisar que até esse momento, a área de atuação do Sindicato se concentrava nos colégios das zonas sul e centro e nos bairros da Tijuca, Grajaú, Vila Isabel e São Cristóvão, onde ainda se encontravam grande parte dos elementos das classes médias urbanas.